



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

J E R I C Ó - P B

Vereador Valdeci da Silva Monteiro

ANO 062 Nº 0017 - PARTE 1

Sexta-feira, 24 de Julho de 2021

Lei Nº 742/2021 de 11 de Maio

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO

Jericó-PB, 19 de Julho de 2021.

Decreto nº 035/2021

Dispõe sobre a adoção do Plano de Organização do "Novo Normal" Municipal, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Administração Pública direta e indireta, bem como sobre recomendações ao município e ao setor privado.

Considerando o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Corona vírus (COVID-19), nos termos do Decreto federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

Considerando a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo Corona vírus, anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

Considerando o Decreto Estadual nº 40.122, de 13 de março de 2020, que decretou Situação de Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavirus definida pela Organização Mundial de Saúde;

Considerando a mudança da bandeira do Plano Novo Normal para Amarela, o que reflexo das medidas restritivas que estão sendo tomadas;

Considerando o número de casos suspeitos, positivados e óbitos nos últimos 15 dias;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Plano Estadual de Flexibilização "Novo Normal" no Município de Jericó, com o objetivo de implementar e avaliar ações e medidas estratégicas de enfrentamento à pandemia decorrente da COVID-19 e estabelecer parâmetros gerais para balizar as decisões sobre o funcionamento das atividades econômicas em todo o território municipal.

Art. 2º - As condições epidemiológicas e estruturais no Município serão analisadas cumulativamente em intervalos de 15 dias, tendo como parâmetros de aferição da taxa de progressão de casos novos e a taxa de ocupação hospitalar em que o Município é referência.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor no dia 19 de julho de 2021 e terá validade de 15 dias.

Art. 4º - Em nenhuma hipótese as restrições a serem adotadas poderão prejudicar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e das seguintes atividades essenciais, salvo por justificativa técnica emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

I - estabelecimentos médicos, hospitalares, odontológicos, farmacêuticos, psicológicos, laboratórios de análises clínicas e as clínicas de fisioterapia e de vacinação;

II - clínicas e hospitais veterinários, bem como os estabelecimentos comerciais de fornecimento de insumos e gêneros alimentícios pertinentes à área;

III - distribuição e comercialização de combustíveis e derivados e distribuidores e revendedores de água e gás;

IV - hipermercados, supermercados, mercados, açougues, peixarias e padarias;

V - produtores e/ou fornecedores de bens ou de serviços essenciais à saúde e à higiene;

VI - agências bancárias e casas lotéricas;

VII - cemitérios e serviços funerários;

VIII - empresas de saneamento, energia elétrica, telecomunicações e internet;

IX - concessionárias de veículos automotores e motocicletas, oficinas mecânicas, borracharias e lava jatos;

X - as lojas de autopeças, moto peças, produtos agropecuários e insumos de informática que poderão funcionar normalmente, seguindo todas as normas de estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

XI - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

XII - atividades destinadas à manutenção e conservação do patrimônio e ao controle de pragas urbanas;

XIII - os órgãos de imprensa e os meios de comunicação e telecomunicação em geral;

XIV - as óticas e estabelecimentos que comercializem produtos médicos/hospitalares, poderão funcionar normalmente, seguindo todas as normas de estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

XV - empresas prestadoras de serviços de mão-de-obra terceirizada.

Art. 5º - As seguintes atividades poderão funcionar de acordo com as normas estabelecidas nos Art. a seguir, observados os protocolos de funcionamento específicos de cada setor, o uso obrigatório de máscaras e a capacidade estabelecida pela Vigilância Sanitária com as seguintes condições:

caras e a capacidade estabelecida pela Vigilância Sanitária com as seguintes condições:

I - Salões de beleza, barbearias e demais estabelecimentos de serviços pessoais, atendendo sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social, respeitando 30% da sua capacidade local;

II - hotéis, pousadas e similares, ficam liberados respeitando todas as normas do Ministério da Saúde;

III - estabelecimentos que trabalham com locação de veículos deverão organizar o atendimento a respeitar todas as normas do Ministério da Saúde;

Art.6º - Fica permitido o funcionamento de academias respeitando a capacidade máxima de 30%, bem como a disponibilização de álcool 70% e a obrigatoriedade de máscaras, sendo qualquer infração cabível inicialmente de 01 (uma) notificação e posterior multa e perda do direito de funcionamento no valor de R\$ 500,00;

Art.7º - Fica permitido à realização de missas, cultos e cerimônias religiosas, respeitando a lotação de 30% da capacidade máxima da estrutura de cada Igreja bem como, garantido o distanciamento mínimo de 2m entre as pessoas, ficando orientado a ocupação de um banco a cada dois bancos.

Art. 8º - A Secretaria da Saúde manterá monitoramento da evolução da pandemia da COVID-19 no Município, em especial dos efeitos da suspensão gradual e regionalizada de restrições de serviços e atividades nas condições estruturais e epidemiológicas, podendo elaborar novas recomendações a qualquer tempo.

Art. 9º - Fica permitido a realização da feira-livre de acordo com o distanciamento das barracas preestabelecidas, sendo obrigatório o uso de máscaras e disponibilização de álcool 70% pelos feirantes, onde qualquer infração cabível inicialmente de 01 (uma) notificação e posterior multa e perda do direito de funcionamento no valor de R\$ 500,00;

Art.10º - Fica determinada a prorrogação da suspensão das aulas presenciais nas escolas da rede pública em todo o território municipal até ulterior deliberação.

Art.11º - Fica liberado apenas o funcionamento do ensino fundamental das series iniciais e do ensino infantil da rede privada que poderão funcionar de forma híbrido, seguindo todos os protocolos sanitários exigidos pelo Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, com responsabilidade da referida instituição, qualquer infração será cabível inicialmente de 01 (uma) notificação e posterior multa e perda do direito de funcionamento no valor de R\$ 500,00;

Art. 12º - Fica obrigado à utilização de máscaras em todo território público e privado do Município, sendo cabível de inicialmente de 01 (uma) notificação e posterior multa no valor de R\$ 100,00.

Art.13º - Fica permitido à utilização de quadra poliesportiva e campo de futebol por apenas atletas do Município, ficando vetado a presença de público e com horário máximo de funcionamento até as 22h;

Art. 14º - No tocante as áreas de lazer ficam permitido o aluguel e funcionamento respeitando 30% da capacidade com horário de funcionamento até as 22h, ficando determinado que qualquer infração será cabível inicialmente de 01 (uma) notificação e posterior de multa no valor de R\$ 500,00;

Art. 15º - No que se diz respeito a bares, Adegas, lanchonetes, restaurantes, sorveterias, pizzarias, ambulantes de lanches, lojas de conveniências e estabelecimentos similares, terão funcionamento permitido de até 30% da sua Capacidade e com horário máximo de atendimentos presenciais até as 22h, sendo a partir desse horário permitido apenas delivery até as 00:00hrs, ficando determinado que qualquer infração será cabível inicialmente de 01 (uma) notificação e posterior de multa no valor de R\$ 500,00 e suspensão das atividades até pagamento;

Art. 16º - Fica permitido o funcionamento de estabelecimentos de atividades de jogos (cassinos e casas de jogos), ficando determinado que qualquer infração será cabível inicialmente de 01 (uma) notificação e posterior de multa no valor de R\$ 500,00;

Art. 17º - No que diz respeito aos carros alternativos os proprietários ficam obrigados a disponibilizar álcool 70% no interior do carro, bem como garantir a higienização de bancos e maçanetas, e a trabalharem com os vidros abertos para garantir ventilação natural no decorrer da viagem, qualquer infração será cabível inicialmente de 01 (uma) notificação e posterior multa no valor de R\$ 500,00;

Art. 18º - Agências bancárias, Casas Lotéricas, Correios e Correspondentes bancários (CAIXA AQUI, BRADESCO EXPRESS, PAGUE FÁCIL, ENTRE OUTROS), devem funcionar obedecendo as orientações de higiene com disponibilidade de álcool 70% para os clientes, obedecendo o distanciamento entre as pessoas e respeitando o horário comercial, qualquer infração será cabível inicialmente de uma (01) notificação e posterior multa e perda do direito de funcionamento no valor de R\$ 500,00;

Art. 19º - Os estabelecimentos autorizados a funcionar por meio deste Decreto, incluindo mercadinhos, mercearias, frigoríficos, verdurões, lojas em gerais, padarias e casa de bolos, devem reforçar medidas de higienização de superfícies, disponibilizar gratuitamente álcool 70% INPM para todos os clientes na entrada, seja através de um funcionário ou totem apropriado, bem como adotar medidas de controle de entrada de pessoas em seus interiores, conforme orientação de quantidade de pessoas, e em suas dependências externas, a fim de evitar todo e qualquer tipo de aglomeração, ficando obrigados a orientar seus consumidores para que respeitem o afastamento mínimo de 2,0 metros em eventuais filas que possam se formar, tanto no interior do estabelecimento quanto na parte externa, sendo permitida a entrada de clientes somente com máscaras, ficando determinado que qualquer infração será cabível inicialmente de 01 (uma) notificação e posterior de multa no valor de R\$ 500,00 e suspensão das atividades até pagamento;

Parágrafo único - As filias que se formarem dentro ou fora dos estabelecimentos serão de responsabilidade dos respectivos, devendo ser destacado um colaborador com máscara, luvas e álcool em 70% para organizá-las e fiscalizá-las.

Art. 20º - Os estabelecimentos autorizados a funcionar por meio deste Decreto, mesmo os que permanecerem em modalidade delivery, ficam obrigados a fornecer máscaras para todos os entregadores



e garantir a higienização dos equipamentos utilizados nas entregas com álcool 70%, sendo vetada a permanência de qualquer pessoa no interior do estabelecimento sem uso de máscaras.

Art.21º - Durante a vigência deste Decreto o funcionamento da Sede da Prefeitura Municipal irá funcionar com atendimento ao público das 7h às 11h, ficando restrito a as atividades administrativas no horário a tarde;

Art. 22º - Conforme no inciso 5º do Art. 7º do decreto Estadual nº 41.431 de 15 de Julho de 2021, qualquer ação que infrinja a determinação do Poder Público que destina a impedir a introdução e propagação de doença contagiosa é considerada crime contra a saúde pública, incluído o não uso de máscaras, aglomerações e o não cumprimento do isolamento social em casos de suspeitos ou positivamente para SARS-CoV-2, ficando cabível inicialmente de 01 (uma) notificação e posterior de multa no valor de R\$100,00;

Art. 23º - Conforme Portaria nº 1.792, de 17 de julho de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnóstico para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território municipal, fica reafirmada a obrigatoriedade da necessidade do repasse dos resultados dos exames ao órgão responsável de notificação e monitoramento de casos de Covid-19 em âmbito municipal (Vigilância Epidemiológica);

Art.24º - Novas medidas poderão ser adotadas, a qualquer momento, em função do cenário epidemiológico do Município.

Jericó, 19 de Julho de 2021.


Kadson Valberto Lopes Monteiro
Prefeito Municipal

Publique-se e façam as devidas comunicações.

Lei nº 746 de 19 de julho de 2021

CRIA NA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL GENECI FRANCISCA MONTEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JERICÓ, no uso de suas atribuições legais faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou o Projeto de Lei e que ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada na estrutura do município de Jericó, sob responsabilidade da Secretaria de Educação Cultura e Desporto, a "ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL GENECI FRANCISCA MONTEIRO".

Parágrafo único - Tal Escola instalar-se-á na antiga Escola Estadual de Ensino Fundamental da Malhadinha - EEEF, localizada no Sítio Malhadinha, Zona Rural desta cidade.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.


Kadson Valberto Lopes Monteiro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 184/2021-GP

O Prefeito Municipal de Jericó Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais. Considerando as disposições pertinentes e a necessidade do serviço público municipal local.

RESOLVE:

Primeiro – Constituir e nomear os membros titulares e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Municipal de Políticas Públicas para Mulheres. **Presidente:** Luana Caroline da Silva Lima, brasileira, solteira, maior, capaz, portadora do CPF: 121.686.694-57, residente na Rua Cirilo de Freitas, nesta cidade, e seu suplente Francieleide Ribeiro de Lima Nóbrega, brasileira, solteira, maior, capaz, portadora do CPF: 019.169.114-39 e RG: 1.402.410, residente à rua Manoel de Sousa Pedrosa, nesta Cidade. **Vice-presidente:** Maria Catarina de Lima, brasileira, solteira, maior, capaz, portadora do CPF: 073.843.764-67 e RG: 2.988.998, residente a rua Manoel de Sousa Pedrosa, nesta Cidade e seu suplente Maria Kaline de Andrade, brasileira, solteira, maior, capaz, portadora do CPF: 095.836.704-01 e RG: 3.443.504, residente a rua Manoel de Sousa Alves, nesta Cidade. **Representantes da Assistência Social:** Luana Caroline da Silva Lima, brasileira, solteira, maior, capaz, portadora do CPF: 121.686.694-57, residente na Rua Cirilo de Freitas, nesta cidade, e seu suplente Francieleide Ribeiro de Lima Nóbrega, brasileira, solteira, maior, capaz, portador do CPF: 019.169.114-39 e RG: 1.402.410, residente à rua Manoel de Sousa Pedrosa, nesta Cidade. **Representantes dos Servidores Públicos:** Iônia Márcia Figueiredo Lopes de Andrade, brasileira, casada, maior, capaz, residente nesta cidade, a rua Hospirio de Sousa Melo, Jericó – PB, portadora do CPF de nº 690.756.694-49 e sua

suplente Aurina de Oliveira Fonseca, brasileira, solteira, maior, capaz, residente nesta cidade, na rua José Mesquita de Oliveira, Jericó – PB, portadora do CPF de nº 651.531.034-04. **Representantes Paróquia Nossa Senhora dos Remédios:** Bruna Naiara dos Santos, brasileira, solteira, maior, capaz, residente neste Município, na Rua Francisco de Sousa Pedrosa, Jericó – PB, portadora do CPF de nº 117.633.554-54 e seu Suplente Jacicleide de Sousa Silva, brasileira, solteira, maior, capaz, residente nesta cidade, a Rua Sebastião Mercê, Jericó – PB, portadora do CPF de nº 220.358.078-08. **Representantes da Secretaria Municipal de Educação:** Erika Cristina Angelo de Sousa Silva, brasileira, casada, maior, capaz, residente nesta cidade, na Rua Nestor Pires de Oliveira, Jericó – PB, portadora do CPF de nº 279.269.558-76 e seu Suplente Josicleide Francisca da Silva, brasileira, casada, maior, capaz, residente nesta cidade, a Rua Major Hospirio de Sousa Melo, Jericó – PB, portadora do CPF de nº 040.447.854-90. **Representantes da Saúde:** Michele Freitas de Sousa, brasileira, solteira, maior, capaz, residente neste Município, cito na Rua Hospirio de Sousa Melo, Jericó – PB, portadora do CPF de nº 129.431.414-96 e seu Suplente Rejane Cleide de Sousa Figueiredo, brasileira, solteira, maior, capaz, residente nesta cidade, no Sítio Malhadinha, Jericó – PB, portadora do CPF de nº 034.402.434-27. **Representantes do Instituto Alumiar:** Maria Catarina de Lima, brasileira, solteira, maior, capaz, portadora do CPF: 073.843.764-67 e RG: 2.988.998, residente a rua Manoel de Sousa Pedrosa, nesta Cidade e seu suplente Maria Kaline de Andrade, brasileira, solteira, maior, capaz, portadora do CPF: 095.836.704-01 e RG: 3.443.504, residente a rua Manoel de Sousa Alves, nesta Cidade

Segundo - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, registre-se, publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Jericó-PB, em 06
De julho de 2021.


Kadson Valberto Lopes Monteiro
Prefeito Municipal

ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 001/2021

Dispõe sobre a atualização do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Jericó-PB.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS, instituído pela Lei Municipal Nº 406/96, e revogada pela Lei Municipal Nº 634/2016 Lei do SUAS, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social no Município de Jericó/PB.

CONSIDERANDO a atualização da Lei Municipal Nº 634/2016 Lei do SUAS, que dispõe sobre a regulamentação do CMAS:


CONSIDERANDO reunião realizada no dia 12 de julho de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Jericó/PB, que passará a contar com a redação conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 12 de julho de 2021.

Jericó-PB, 16 de julho de 2021.


Jedylen de Oliveira Sousa
Presidente do CMAS

PORTARIA nº 186/2021-GP

O Prefeito Constitucional do Município de Jericó, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

Considerando o disposto no artigo 214 da Constituição Federal;

Considerando o contido no inciso I do artigo 11 da Lei Federal nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a necessidade de estabelecer, no âmbito do SME, as ações de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação previstas pelo novo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e pelo Plano Municipal de Educação, Lei nº 1.674/2015, de 23 de Junho de 2015;

Considerando a necessidade de reestruturação da equipe tendo em vista a mudança de gestão e a substituição dos segmentos relacionados aos cargos

em comissão, da confiança do Chefe do Poder Executivo Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Reestrutura a Comissão Coordenadora, responsável pelo monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação 2015-2025, constituída pelos componentes listados a seguir, sob a coordenação da primeira listada:

I – **Kattarina Soares de Andrade** – Secretária Municipal de Educação;

II – **Irani da Silva Oliveira Freitas** – Representante do Conselho Municipal de Educação;

III – **Adaires Campos da Costa** – Representante do Poder Legislativo;

IV – **Janailma Vieira da Silva Monteiro** – Representante do Fórum Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria GP/PMP nº 116/2016 de 23 de Setembro 2016.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Jericó, Estado da Paraíba, em 14 de Julho de 2021.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.



Kadson Valberto Lopes Monteiro
Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00033/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00033/2021, que objetiva: Contratação de empresa ou pessoa física especializada para elaboração de projetos de Pavimentação e Drenagem de diversas ruas do município de Jericó/PB, contemplando: TOPOGRAFIA (projeto de pavimentação, projeto geométrico, mapa de cubação e orçamento); Memorial Descritivo; LICENÇAS AMBIENTAIS (licença de instalação, licença de operação) e Projeto Georeferenciado; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: CLEDSON LIMA ALMEIDA - R\$ 18.750,00.

Jericó - PB, 16 de Julho de 2021
KADSON VALBERTO LOPES MONTEIRO - Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa ou pessoa física especializada para elaboração de projetos de Pavimentação e Drenagem de diversas ruas do município de Jericó/PB, contemplando: TOPOGRAFIA (projeto de pavimentação, projeto geométrico, mapa de cubação e orçamento); Memorial Descritivo; LICENÇAS AMBIENTAIS (licença de instalação, licença de operação) e Projeto Georeferenciado. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00033/2021. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Jericó: 20.90 SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 15.122.0025.2058 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 4.4.90.51.01 OBRAS E INSTALAÇÕES 15.451.0025.1064 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA 0010000.00 RECURSOS ORDINÁRIOS. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jericó e: CT Nº 00113/2021 - 19.07.21 - CLEDSON LIMA ALMEIDA - R\$ 18.750,00.



EXPEDIENTE:

Jornalista Responsável: *Genésio Oliveira Almeida*
Diagramação: *Ranufe Rafael de Oliveira Cardins Nogueira*
Neirrobisson de S. Pedroza Junior
(Advogado OAB/PB 21.444)
comunicacao@jerico.pb.gov.br